

O Trabalho

A EMANCIPAÇÃO DOS TRABALHADORES SERÁ OBRA DOS PRÓPRIOS TRABALHADORES

editorial

Rufam os tambores da guerra.

Putin, o chefe da mafia oligárquica da Rússia, anunciou a mobilização de 300 mil reservistas. Perdera o controlo da cidade de Izium, perto de Kharkiv, recuperada por um exército, dito ucraniano, mas treinado pela NATO, armado pela NATO, guiado pelo sistema de informações e espionagem da NATO e dirigido pela estrutura de comando da NATO. Só os EUA já gastaram com a guerra na Ucrânia mais de 14 mil milhões de dólares. Na guerra que a NATO trava na Ucrânia, só a carne para canhão é ucraniana.

Pouco depois, em discurso ao mal crismado Parlamento Europeu, a presidente da Comissão Europeia, ataviada de azul e amarelo, aureolada das estrelas vaticanas da bandeira da UE e acolitada pela própria sra. Zelenska, pôs os pontos nos is: é a guerra santa, meus amigos. É para a guerra que vamos. Enquanto a Rússia não se puser de joelhos, enquanto não ficar decisivamente enfraquecida, não haverá paz...

O secretário-geral da NATO, Stoltenberg, antigo primeiro-ministro social-democrata (!) da Noruega, responde ao anúncio de Putin de que a Rússia se defenderia “por todos os meios”, declarando que a Rússia não ganharia uma guerra nuclear – depreendendo-se: o Ocidente do sr. Stoltenberg ganharia a guerra nuclear – e está pronto para travá-la!

A compasso, rufam os tambores da guerra social.

Os banqueiros centrais do mundo aumentam as taxas de juro e avisam que, agora, é a doer.

O Bundesbank anuncia para o inverno uma recessão económica profunda na Alemanha.

Em França, Macron anuncia o “fim da abundância”, cá conhecida como “vacas gordas”. E prepara-se para fazer passar em força uma “reforma” das aposentações, apesar de, na primeira tentativa que fez, isso quase lhe ter custado as eleições presidenciais e lhe ter feito perder a maioria no Parlamento.

Em Itália, uma fascista “ganha” as eleições – com o voto de um em cada seis eleitores, não mais.

Os editorialistas europeus e, entre eles, os portugueses, campeões do “equilíbrio” e do “bom senso”, baixam as orelhas e conclamam, uníssonos: vem aí sangue, vem aí suor, vêm aí lágrimas... dos trabalhadores.

O Expresso, citando economistas bem informados, diz que vem aí uma depressão económica só comparável à grande depressão dos anos trinta do século passado. A que acabou na Segunda Guerra Mundial.

O editorialista do Público, M. Carvalho, voz do grupo Sonae, escreveu (a 19 de Setembro) que “actualizar as pensões e aumentar os funcionários públicos na casa dos 6 a 8% (...) adiaria o problema para o futuro. Os tempos estão incertos,



Adaptado de cartoon de Atiqullah Shahid, Afeganistão

os juros de uma dívida gigantesca vão começar a doer e o país já conheceu na década passada o gosto amargo das políticas voluntaristas. Há quem acredite que o país pode aumentar a despesa em quatro mil milhões num estalar de dedos para compensar a inflação. Costa não acredita e segue o caminho da austeridade.”

Apoia, pois, com austera firmeza, a declaração de cortes a oito de salários e pensões feita por A. Costa. Mas o homem do Público, sério e responsável, jesuíta entre jesuítas, não deixa de criticar a má “comunicação” do primeiro-ministro. Aparentemente, não é a ideal para fazer engolir a pílula envenenada aos trabalhadores. O erro de António Costa,

merecedor de compaixão: ter-se deixado armadilhar e enrodilhar pela “oposição” que outrora ele próprio verbalmente fez à mesmíssima austeridade aplicada por Passos Coelho. E ter proclamado “virar a página da austeridade”, apenas para trazê-la pouco depois em dobro pela sua própria mão...

A renovada austeridade não é, contudo, para todos.

Apoiados nas sanções dos EUA/NATO/UE à Rússia, os grandes especuladores financeiros internacionais, os grandes grupos multinacionais da energia, mineração e ainda de muitos outros sectores fizeram disparar os preços dos

continua na pág.2

editorial

continuação da pág.1

combustíveis e matérias-primas e de muitos produtos antes comprados à Rússia ou à Ucrânia – ou usando simplesmente a guerra como pretexto – , registando lucros fabulosos e aumentando drasticamente os preços ao consumidor da grande maioria dos produtos e serviços.

Mas, em França, houve uma primeira tentativa de greve geral no dia 29 de Setembro. Na Grã-Bretanha, os movimentos de greve de numerosos sectores, nomeadamente dos transportes, procuram o caminho para a greve geral. Na Alemanha, multiplicam-se as greves. Na Rússia, milhares de mulheres saem à rua para se oporem à mobilização dos maridos e filhos. Na Ucrânia, mineiros opõem-se pela greve ao capitalismo selvagem da oligarquia.

As aspirações dos povos a livrarem-se do jugo do grande capital encontram também expressão na insurreição que derrubou o governo corrupto do Sri Lanka, nas grandes manifestações e greves na Etiópia contra a carestia, assim como nos recentes resultados eleitorais no Chile e na Colômbia. A provável vitória de Lula no Brasil confirmá-lo-ia.

Como este confronto só pode agudizar-se, o capital começa também a preparar as suas hostes fascistas para o que der e vier. As recentes eleições italianas aí estão a mostrar a cor.

Se a crise põe uma coisa de manifesto, é, com efeito, a alternativa iniludível:

- **ou o trabalho expropria o capital, levando ao poder o seu próprio governo de classe e tomando as medidas necessárias para salvar da destruição os trabalhadores e povos do mundo;**
- **ou o capital expropria o trabalho das poucas regalias e direitos que lhe restam e generaliza a guerra, a carestia, a miséria e a fome.**

Entre estas duas variantes, não cabe uma folha de papel. Aqueles que insistem na concertação e na colaboração de classes fazem-se agentes da divisão e desmobilização da classe trabalhadora e do triunfo do patronato e das forças da guerra.

Conforme um militante internacionalista italiano conclui (ver artigo neste número) face ao triunfo da admiradora de Mussolini no seu país, **os que se batem pelos interesses dos trabalhadores não têm outra saída a não ser unirem-se para reconstruir o partido dos trabalhadores, independente da burguesia e das suas instituições, para abrir caminho à ruptura com as instituições da União Europeia e do imperialismo internacional e com as políticas capitalistas de guerra e destruição que elas impõem ao mundo.**

luta de classes

Encontro Nacional de Ativistas Laborais Fábrica de Braço de Prata / 15 Outubro 2022 / 10H00

A feroz guerra social que a UE e os seus governos, apoiando-se na guerra na Ucrânia, estão declarando internamente com nomes tão pomposos como mentirosos (“Trabalho Digno”, “Famílias primeiro”), tem gerado em muitos activistas e militantes do movimento operário e sindical a urgência de montar e organizar uma resposta independente e unida dos trabalhadores, com os seus sindicatos e organizações, que afirme o programa e interesses próprios, as reivindicações vitais dos trabalhadores.

Respondendo a esta urgência, um grupo de activistas, alguns ligados ao movimento unitário Solidários, convoca para o dia 15 de Outubro um Encontro Nacional sob o lema “Uberização do Trabalho x Trabalho Digno”, de cujo apelo publicamos alguns extractos.

UBERIZAÇÃO DO TRABALHO x TRABALHO DIGNO!

O sistema capitalista vem juntando crise à crise, desde 2007/8, à escala global, em 2012, com a intervenção da troika, em particular nos países do Sul da Europa, e, agora, com a guerra, “fazendo política por outros meios”. O mundo assiste a uma crise generalizada: aumento geral de preços, estagflação, interrupção das cadeias mundiais de distribuição, interrupção de canais de distribuição da energia, falta de cereais para a alimentação de milhões de seres humanos, fome, pobreza, precariedade e desemprego, tudo isto potenciado com a crise climática, entre outras.(...)

A guerra agravou todos os fatores da crise tornando bem real o agravamento dos níveis de vida dos trabalhadores e dos povos, que é necessário enfrentar e que exige a mobilização e a unidade “dos de baixo” para confrontar “os de cima”. Uma autêntica «guerra social» contra os trabalhadores e os povos está desencadeada, com a escalada especulativa de preços de primeira necessidade e do custo de vida, inflação galopante, esmagamento dos salários, individualização das relações laborais e uma enorme precariedade, ataque às leis laborais e às chamadas funções sociais do Estado, como a Saúde, a Educação e a Segurança social.

(...) Em vez de anunciar aumentos, António Costa pré-anunciou cortes reais nos salários e nas pensões, presentes e futuras, ameaçando mesmo a sustentabilidade do sistema. “Défice primeiro” seria a designação mais apropriada para todo um programa que está sujeito à obsessão do défice, as chamadas “contas certas” do governo PS. Sem atualizações salariais e das pensões, que façam face à inflação, a injustiça na economia acentua-se e a maioria dos trabalhadores não aguenta o aumento do custo de vida. Em contrapartida, as grandes empresas, como as da energia, da distribuição alimentar, as tecnológicas e o sistema financeiro, aumentaram os seus lucros. Depois de aumentarem 40% em 2021, os lucros das empresas cotadas em Bolsa aumentaram 73% na primeira metade de 2022. A transferência do trabalho para o capital atingiu enormes dimensões.

A chamada Agenda do Trabalho Digno que altera o código de trabalho (...) muito menos inverte a relação de forças a favor do trabalho que só a unidade e a luta mais geral pode interromper. (...) [pelo] direito ao tratamento mais favorável e os direitos plenos de laboralidade para os trabalhadores das plataformas digitais (contratos de trabalho) e todos os seus direitos individuais e coletivos; o respeito e o direito à negociação e contratação coletiva, eliminando a caducidade das convenções colectivas; a redução do tempo de trabalho para 35h/semanais sem perda de retribuição; a revogação dos “critérios” dos despedimentos individuais e colectivos, retomando a compensação por despedimento em 30 dias/ano de retribuição; a revogação da duração do período experimental de 180 dias para os trabalhadores à procura do primeiro emprego e desempregados de longa duração; e limita fortemente as atividades abrangidas pelo regime de turnos e de laboração contínua e o trabalho noturno; [a Agenda] não pode, nem deve ser apoiada.

- **O trabalho só será digno se verdadeiramente forem respeitados os direitos dos trabalhadores em todas as opções nas «transições justas» digital, ambiental e energético – ou o futuro será a uberização do trabalho.**
- **Unificar as lutas, mobilizar todos/as no caminho para uma luta mais forte e geral contra as políticas deste governo, contra a guerra e a favor da paz.**

A ESQUERDA E A CRISE DA CRISE

Rui Costa Santos

Se vivemos uma crise global do capitalismo desde 2007, que, no momento actual, pós-pandemia, se avoluma, como explicar então que a esquerda, seja a institucional, seja a extraparlamentar, não tenha surgido com força organizativa e um programa claro de ruptura que permitissem ver nela uma alternativa real ao sistema capitalista existente?

Se compararmos a situação actual com a anterior a 2007, esta esquerda perdeu nos dois flancos de batalha: no plano institucional, derrotada, viu enfraquecida a sua representação institucional; no plano programático, reduziu consecutivamente o seu programa de ruptura a mínimos históricos, onde até o intervencionismo estatal do pós-guerra, configurado no «estado de bem-estar social» gerido por governos do centro, da direita moderada e da social-democracia europeia, faz figura de demasiado radical. Na melhor das hipóteses, fala-se de renacionalizar serviços básicos, essenciais, mas não os principais sectores produtivos; fala-se de combater a precariedade na legislação laboral, mas não de inverter radicalmente a relação capital / trabalho, e muito menos destruir o sistema capitalista; fala-se de limitar e racionalizar o sistema financeiro, mas iludindo a sua relação intrínseca com o capitalismo na sua fase contemporânea, como se fosse possível distinguir um bom de um mau capitalismo.

No caso de Portugal, chegaremos, em 2024, aos cinquenta anos do 25 de Abril com um quadro político único, muito alterado do herdado de 1975, embora se mantenham os dois partidos nucleares, do “centro político”, PS e PSD. Dos outros dois partidos, PCP e CDS, o primeiro viu reduzido a um mínimo a sua representação parlamentar e eleitoral, e o outro desapareceu. Contudo, se observamos mais concretamente a esquerda partidária “à esquerda do PS”, esta sofreu um verdadeiro golpe desde 2015, justamente quando alcançou o seu momento eleitoral mais alto desde o início dos anos 80.

Recordemos: na história eleitoral da “esquerda à esquerda do PS”, foram quatro os momentos mais altos, em 1979, em 1983, em 2009 e em 2015 e dois os momentos de maior declínio: em 1999 e em 2022. Estes dois períodos históricos foram de grave crise política e social. No primeiro, entre 1979 e 1983, o PCP conseguiu alcançar a sua maior expressão eleitoral, com mais de 1 milhão, ou cerca de 20%, dos votos, na época em que por duas vezes o governo do PS de Mário Soares e o Bloco Central, que juntou PS e PSD, chamaram o FMI.

A queda eleitoral do PCP e de toda a esquerda “à esquerda do PS” detém-se em 1999, quando surge o Bloco de Esquerda. De 1999 a 2009, o espaço político que congrega PCP e BE cresce de 11% e 600 mil votos, em 1999, até um máximo de 17,6% e mais de 1 milhão de votos em 2009. No entanto, se, em 2022, vivemos uma nova crise, como se explica que esta esquerda, ao contrário do que aconteceu pelo menos eleitoralmente entre 1979 e 1983, sofresse uma hecatombe eleitoral e programática? É que, se a questão fosse apenas eleitoral, podia-se sugerir que um programa “demasiado ambicioso”, como a ruptura com a moeda única e os tratados orçamentais, a nacionalização do sistema bancário, e das principais empresas privadas ou dos serviços de saúde, luz, correios, entre outros, houvesse parecido inviável aos olhos do eleitorado que tradicionalmente votava à esquerda. Contudo, ao que assistimos foi exactamente ao oposto. A queda eleitoral deu-se de maneira vertiginosa apesar de a esquerda abdicar ponto por ponto da maior parte das reivindicações históricas das esquerdas que se apresentam eleitoralmente como representantes do espaço político socialista, comunista e anticapitalista. Que o orçamento do Estado do PS para 2022 tenha chumbado simplesmente porque o PS se recusava (uma vez mais) a alterar a legislação laboral, cedendo, em alguns aspectos, ao PCP e ao BE, apenas demonstra quanto a esquerda parlamentar desceu nas suas exigências para sustentar um governo do PS durante seis anos.

Depois de uma década de crise do sistema capitalista da qual não se vê saída, a esquerda parlamentar que dizia querer combater o neoliberalismo recuperando propostas políticas de origem social-democrata, reequilibrando a relação entre trabalho e capital com maiores políticas públicas, rompendo com as políticas orçamentais e económicas hegemónicas, mas sem romper com o capitalismo, só conseguiu, na melhor das hipóteses, desgastar durante algum tempo a base eleitoral dos partidos sociais-democratas de nome e tradição; no entanto, quando estes realmente implodiram, como o PSF, em França, ou o PASOK, na Grécia, logo foram substituídos por outros que ocuparam, na prática, o seu lugar. O caso mais extremo foi o do Syriza. Este tinha alcançado eleitoralmente o que nenhum outro partido da esquerda europeia conseguira. Vendo-se, porém, sem alternativa programática (de saída da moeda única) nem estratégica (de mobilização popular) para lidar com a

recusa da União Europeia em negociar uma alternativa aos programas de ajustamento fiscal impostos à Grécia, cedeu em toda a linha.

A necessidade de uma alternativa programática e estratégica nasce do reconhecimento dos limites do que é possível alcançar por via eleitoral, que é geralmente precário e sem impacto nas questões estruturais da sociedade capitalista.

À esquerda europeia das últimas décadas, e principalmente a países que têm na ordem europeia lugar subalterno – como Portugal ou a Grécia, e mesmo a Espanha e a Itália – parece faltar algo de semelhante ao que a Teoria Marxista da Dependência propunha na América Latina, isto é, uma crítica dos limites das políticas desenvolvimentistas e reformistas, insustentáveis sem estratégia de ruptura com o capitalismo. Ora, esta crítica põe em causa as duas principais estratégias que a esquerda adopta:

(1) a que aposta na conquista de eleitorado desiludido com os partidos tradicionalmente social-democratas para conseguir, a prazo, uma votação e representação parlamentar que a torne imprescindível para governar; esta estratégia nunca resultou, ou apenas de forma precária, sucumbindo em seguida; (2) a que, mesmo propondo-se romper com a moeda única e os tratados europeus, espera alcançá-lo mediante alguma inimaginável aliança eleitoral, que, no quadro existente, implicaria sempre a adesão dos partidos da social-democracia europeia.

Ora, pôr em prática uma estratégia de confrontação e ruptura com a ordem capitalista da UE supõe uma enorme mobilização da classe trabalhadora capaz de levar ao poder um governo com esse programa e dar-lhe a sustentação necessária para o inevitável enfrentamento.

O sub-desenvolvimento e a condição periférica não são meros acidentes, fruto de ineficiências ou debilidades que possam ser corrigidas dentro do sistema capitalista. Resultam das desigualdades estruturais constantemente recriadas pelo próprio sistema. O domínio das burguesias das nações capitalistas centrais implica que outras mantenham o seu estatuto de economias dependentes e/ou sub-desenvolvidas.

A mobilização da classe trabalhadora é a condição primeira necessária para superar os limites que os sistemas políticos e institucionais colocam a uma esquerda que não queira, no futuro, voltar a depender de alianças parlamentares como a que, em 2015, nos trouxe até janeiro de 2022.

política laboral

Governo corta salários dos funcionários públicos e pensões

e apela ao corte de todos os salários

Caiu definitivamente a máscara ao governo que anda há anos a dizer que “virou a página da austeridade”.

Todos os orçamentos que adoptou, desde 2015, foram orçamentos de austeridade pura e dura: tiraram mais dinheiro à “economia” do que lá punham. Os pequenos défices orçamentais apresentados resultavam do pagamento dos juros da dívida externa.

Ainda muito mais eram orçamentos de austeridade, sabendo que parte da estratégia orçamental era sub-executar sistemática e deliberadamente a despesa aprovada pelo Parlamento, para reduzir o mais possível o défice, como prometido a Bruxelas. A estratégia orçamental dos últimos sete anos, em linguagem comum, foi deixar apodrecer hospitais e escolas, comboios e autocarros, pontes e estradas – esperando que não se desse por nada.

Mas agora, deixar apodrecer não basta. Agora, tem de ser pancada sem luvas, mandam os senhores do capital. E o governo português faz o que sabe: obedecer-lhes.

O pacote “Famílias Primeiro”, anunciado por Costa em nome do “combate à inflação” e da “ajuda aos rendimentos”, é um pacote de corte generalizado dos salários e pensões: disfarçado de benesse, talvez. Mas o manto de fantasia era tão diáfano, que, logo que o pacote foi desembalhado, caiu por ele abaixo. Já o nome “Famílias Primeiro” só pode ser um acto falhado: primeiro, damos cabo das famílias, depois vem o resto...

Na verdade, a política anunciada não tem mais complexidade do que isto: baixar salários a todo o vapor; aumentar lucros quanto der. Os 0,9% de “aumento dado à função pública” no orçamento para 2022 ainda se destinavam a ir carcomendo pacientemente o poder de compra dos trabalhadores – dos do sector público, obviamente, mas também dos do privado, porquanto o patronato, arrimado à legislação laboral da troika mantida por Costa e seus parceiros, não se fez rogado em se orientar pelo “aumento” da função pública. Isto foi antes de começar a guerra na Ucrânia. Entretanto, a inflação disparou.

Anotou o Expresso, a 16 de Setembro: “Já se sabia que a escalada da inflação tinha absorvido o aumento de 0,9% dado aos funcionários públicos em janeiro. Só não se sabia qual o impacto na perda de poder de compra este ano. António Costa clarificou o cenário. Em entrevista à CNN Portugal, antecipou uma inflação de 7,4% para 2022. O que traduz uma perda de poder de compra de 6,5%, a maior desde 2010. Face a esse ano, algumas carreiras do Estado arriscam terminar o ano com uma perda real de salário de 15,9%. Em 2023 o cenário agrava-se.”

Sim, António Costa está perfeitamente ciente de

que está a baixar salários em 2022 – e de que está a aumentar lucros. O “debate” entre membros do governo sobre a eventual (ligeira) tributação dos lucros caídos do céu a muitas grandes empresas é um sinal, talvez carnavalesco na forma dos mentidos e desmentidos, mas muito sério, da determinação em seguir esta linha custe o que custar.

E sim, em 2023 o cenário ainda se agrava mais. Costa já anunciou que, no projecto de orçamento para 2023, preferia aumentos de pouco mais de 3%. De modo a alcançar o objectivo de uma taxa de inflação de 2% “a médio prazo”, acrescentou, parece que sem pestanejar.

Ora, a inflação de 2022 muito provavelmente não se ficará pelos 7,4% do famigerado “optimista”. Há muito quem aponte para os “dois dígitos”.

E então a inflação de 2023, ano que, claramente, está mais perto do “médio prazo” do que 2022? O relatório de Setembro do Bundesbank (Banco Central Alemão) indica que “a economia alemã está a deslizar para a recessão (...) um retrocesso marcado do produto, de base larga e duradoura. O Produto Interno Bruto (PIB) deverá baixar um pouco no corrente semestre e contrair-se marcadamente no semestre de inverno.” O relatório prevê que, “nos próximos meses, a taxa de inflação acabe por saltar a barreira dos 10%.” O Expresso dá destaque a um consultor macroeconómico finlandês, que antevê que a Europa se prepara para entrar numa depressão económica só comparável à dos anos trinta do século XX. Poucos se lembrarão pessoalmente, mas alguns mais saberão: a “saída” que o capitalismo mundial encontrou para a depressão generalizada dos anos trinta teve nome Segunda Guerra Mundial.

Um relance pelos títulos de todos os jornais, pelos anúncios das “organizações internacionais”, pelos discursos de guerra dos chefes da UE e dos seus acólitos nacionais, diz que vem aí uma crise profunda, com inflação e recessão – o que os discursos querem dizer é: preparem-se, é para doer.

O remédio do governo para a estagflação que se instala:

cortar salários, cortar pensões

A submissão estrita do governo às regras e tratados europeus não lhe deixa alternativa, verdade seja dita.

O que esta crise anunciada do capitalismo, sinal da sua decadência profunda e irreversível, nos vem trazer é uma mensagem singela:

- **ou o trabalho organizado expropria o capital, rompe com os partidos e instituições subordinadas ao grande patronato, rompe com as organizações internacionais de defesa do imperialismo, como a UE, o Banco Central Europeu, o FMI, e se instaura o governo dos trabalhadores sobre os grandes meios de produção e de troca;**
- **ou o capital organizado expropria o trabalho dos seus magros direitos e regalias obtidos em séculos de luta e continua a mergulhar no mundo na guerra, na fome e na miséria.**

A "LUTA CONTRA A INFLAÇÃO"



Cartoon de Fred Wright (traduzido e actualizado)

A crise é de tal ordem, que não cabe nenhuma política no meio destas duas.

Há quem acredite e/ou queira fazer crer que, sim, que no meio destas duas políticas cabem outras políticas mais “moderadas”, em que não é preciso romper com ninguém, se pode compor com todos. Esses acabam rapidamente em pausmandados do grande capital e dos senhores da guerra.

Convém lembrar uma coisa muito simples, mas que a barragem de desinformação e propaganda procura afogar. Para lutar contra o mal que a inflação faz aos rendimentos de quem trabalha, não era preciso pacote nenhum: bastava fazer aumentar os salários pelo nível da inflação (escala móvel). Não o fazer não é distração: é decisão deliberada de atacar os salários e pensões.

Querem estender a TAP

a todos

O exemplo da TAP está aí para inteirar os mais incréus.

As restrições às viagens resultantes das políticas adoptadas durante a pandemia puseram o sector do transporte aéreo em sérias dificuldades. Os governos evitaram a falência das companhias aéreas à custa de enormes subvenções estatais e pondo, no caso português, mas não só, a segurança social, ou seja, os salários ou pensões futuros dos próprios trabalhadores, a pagar grande parte ou a totalidade dos seus salários durante a crise.

No caso da TAP, a governo impôs ainda “acordos de emergência” aos sindicatos que amputaram os salários de valores de 30 e mesmo 40% do seu montante durante um período de vários anos. Entretanto, as companhias aéreas voam de novo aos níveis anteriores à Covid ou até com volumes de negócio superiores. Mas os acordos de emergência continuam em vigor. Mais: a mensagem do governo e patronato é clara: os salários não voltarão aos níveis anteriores.

Agora, com a crise que se anuncia geral, todos passamos a ser a TAP. Nenhum corte

se pode descartar.

António Costa pôde gozar com Passos Coelho por este ameaçar que, com o governo da geringonça, vinha aí “o diabo”. Agora António Costa recebe a incumbência de organizar a recepção engalanada ao tal diabo...

A União Europeia procura assumir o comando da política de guerra e pilhagem na Europa

Na frente simétrica, aliás, a sra. presidente da Comissão europeia, no seu badalado discurso do “estado da União”, bem pode dizer, enquanto vai passando revista às suas tropas e mísseis, que as grandes empresas energéticas têm de dar uma “contribuição” para a crise.

“As companhias petrolíferas e de gás também estão a arrecadar lucros maciços, pelo que vamos propor que paguem uma contribuição solidária para ajudar a enfrentar esta crise”, disse Ursula von der Leyen, citada pelo Público. Recorde-se que, sem saber como nem porquê, estas (e outras) grandes empresas viram os mísseis russos e ucranianos, em boa inteligência, explodirem em inenarráveis subidas dos seus lucros.

Mas é curioso: a Comissão propõe tributar um terço dos lucros caídos do céu como obus em céu sereno. Por outras palavras, propõe não tributar dois terços dos lucros caídos do céu como obus em céu sereno.

Por outro lado, a Comissão propõe, isso sim, o regresso ao “espírito de Maastricht”: cortar salários e pensões para pagar a dívida e alimentar os orçamentos militares – de modo a poder fazer cair muitos mais mísseis do céu sereno.

Todas estas figuras desempenham o papel que lhes é distribuído por um guião férreo: o dos tratados europeus e da NATO, que aos vários governos deixam um dilema simples, declarem-se eles, em laboriosas campanhas eleitorais, de direita ou extrema-direita, de centro ou de esquerda ou até de extrema-esquerda, “eleitos” pelos povos da Europa (ou pela porção cada vez

menor que ainda vai votar): abandonar qualquer veleidade de ter um programa próprio, fazer o que a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o FMI mandam; ou então violar os tratados e ficar sujeito a uma rápida série de indignidades, processos, pressões e ameaças, que rapidamente os põem a fazer... o que a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o FMI mandam!

A não ser... que so trabalhadores lá ponham o seu próprio governo, assente na confiança das massas organizadas, que não hesite em romper com os tratados da UE e da NATO ao serviço do grande capital nem em expropriar o grande capital.

Os pregoeiros do regime

legitimam oficialmente a extrema-direita

Falando da extrema-direita, não passou despercebido a ninguém que, enquanto rufavam os tambores da austeridade extrema contra os povos e da guerra sem quartel e se anunciava a vitória de uma chefe fascista nas eleições italianas, o editorialista do Público (órgão da Sonae, mas pregoeiro oficial do regime para a razoabilidade, o equilíbrio e o bom senso) tenha julgado necessário escrever um editorial, no dia 25 de Setembro, a dizer duas coisas: 1. “Com esta Presidente da Comissão, a guerra está bem entregue!”; e 2. que bom que a tal chefe fascista italiana tenha aceitado deixar de dizer mal da União Europeia, da Comissão e dos seus

regulamentos (graças, diz o probo editorialista, ao faustoso suborno dos fundos europeus que aí vêm).

Também uma “conceituada” jornalista, especialista encartada de “política europeia”, repisou, no mesmo jornal e no mesmo dia, a mensagem, para quem ainda não tivesse entendido: a “estratégia de isolamento” da extrema-direita falhou. Resta integrá-la e normalizá-la.

Explana a especialista que tal já não será grande problema (embora tenha riscos). Com efeito, Meloni, os “Democratas Suecos”, os lepenistas e todos os outros nazis e fascistas (agora diz-se “pós”-fascistas, é mais delicado) passaram a aceitar sem espinhas a liderança da União Europeia. Recorde-se: esses grupos têm ganho muitos votos (também em Portugal) à custa do desespero de vastas camadas da população, que se sentem esmagadas pela crise e asfixiadas pelo grande capital, mas desiludidas pela adesão dos partidos de esquerda aos regimes que organizam essa asfixia.

Os zelosos apóstolos da “Europa” têm uma certa razão: a extrema-direita, abandonando as palavras de ordem que se dirigiam (demagogicamente e na aparência) contra os órgãos oficiais do grande capital, passam, se tudo o resto falhar, a ser uma opção válida para fazer, à matracada, a mesma política de destruição das conquistas dos povos europeus actualmente orquestrada pelos comissários e banqueiros europeus e pelos governos nacionais das cores “tradicionais”.

SALÁRIO, PREÇO e LUCRO

Os preços de mercado, em capitalismo, decompõem-se em duas componentes apenas: salários e lucro.

Podem não, ou nem sempre, parecer.

Muitas empresas, além de pagarem os salários dos seus empregados, também compram matérias-primas, produtos intermédios, energia, transporte, pagam juros, rendas, etc.

Sim. Mas de que é composto cada um desses outros custos que não são salariais?

Compõe-se dos preços que as empresas pagam a outras empresas, por exemplo pelas matérias-primas fornecidas, máquinas, energia, transportes, serviços financeiros, etc.

E os preços dessas outras fornecedoras? Também dos salários pagos aos respectivos trabalhadores e dos lucros dos respectivos capitalistas, mais o custo das suas próprias compras – por sua vez composto de salários dos trabalhadores que as produzem e de lucros de capitalistas que as vendem. E assim sucessivamente.

Percorrendo a totalidade das entrecruzadas cadeias de produção e distribuição, todo o valor acrescentado resulta de trabalho humano.

Uma parte desse trabalho é paga aos trabalhadores que o realizam. A remuneração dessa parte é determinada pelo termos de um contrato de aluguer da força de trabalho por um dado tempo, convencionalmente, de trabalho. O preço desse aluguer de força de trabalho (o salário) é, por sua vez,

determinado no “mercado de trabalho” e orienta-se, como os outros, pelo custo da produção e reprodução dessa força de trabalho.

Quanto à parte do valor criado pelo trabalho do trabalhador que excede o valor do salário que ele recebe, essa parte é retida pelos capitalistas: é o lucro.

Por isso, até a ciência económica “oficial” reconhece que há identidade entre produto global e rendimento global (não há identidade rigorosa no plano nacional, pois há circulação de produtos e de rendimentos entre as economias interligadas; mas há-a na economia como um todo global).

Consequência inevitável deste facto: para um dado nível de produção, se o valor dos salários baixa, o valor dos lucros sobe; e vice-versa.

O pacote “para combater a inflação” decretado pelo governo de António Costa consiste em medidas declaradamente destinadas a impedir que a subida dos preços (inflação) seja acompanhada por uma subida proporcional do preço da força de trabalho (os salários). Destinadas, portanto, a reduzir o valor relativo do preço-salário em relação aos outros preços. Segue-se que, ao emitir este seu pacote, o governo está simplesmente a dizer: aproveitemos a inflação para reduzir os salários e aumentar os lucros.

Não anunciaram as grandes empresas subidas estratosféricas dos seus resultados já no primeiro semestre de 2022? É preciso fazer um desenho?...

internacional

GUERRA NA UCRÂNIA: VIRAGEM OU ESCALADA?

O exército ucraniano, a abarrotar com o último grito das armas da NATO, lançou uma contra-ofensiva que expulsou as tropas russas de várias cidades, particularmente Balaklia e Izium (onde há notícias de represálias violentas das forças armadas ucranianas contra a população, suspeita de “colaboração” com os russos).

Estaremos a assistir a uma viragem na guerra iniciada há mais de seis meses?

Como o temos escrito neste jornal, ao invadir a Ucrânia, o regime da oligarquia mafiosa de Moscovo caiu na armadilha que Washington lhe armou. Funcionou a estratégia americana de “bait and bleed” (engodar e sangrar), no âmbito mais geral da política da administração Biden de preparação para a confrontação com a China. Na raiz de tudo: a crise do sistema capitalista assente na propriedade privada dos meios de produção, que Wall Street procura por todos os meios e a todo o preço resolver, reforçando a sua posição no mundo em detrimento de todos os outros.

Em seis meses, entornaram-se na guerra quantias gigantescas, pilhadas aos orçamentos dos serviços públicos dos países fornecedores (entre os quais Portugal). Os livros de encomendas das multinacionais do armamento rebentam pelas costuras. As grandes multinacionais acumulam lucros sensacionais a pretexto da guerra, especulando com os preços das matérias-primas e da energia, à custa de condenar centenas de milhões de seres humanos à fome e de destruir segmentos inteiros de produção industrial.

A quase estagnação em que a situação militar há meses se encontrava começava, entretanto, a induzir alguns sinais de instabilidade na aliança comandada pelo imperialismo americano. As sanções que decretou contra a Rússia, a que os imperialismos europeus se tiveram de associar com mais ou menos ranger de dentes, reflectiam-se negativamente nas economias europeias, com destaque para a crise energética e para a inflação galopante, abalando a relativa unidade de posições no seio da União Europeia. Espalhava-se, por outro lado, o descontentamento social na Europa (e até nos Estados Unidos), multiplicando-se as manifestações, greves e lutas populares em número crescente de países.

A chegada do Inverno promete agravar a situação. Aumentava, consequentemente, a pressão sobre a Ucrânia para apresentar resultados militares que permitam salvar a coesão de posições na UE e no “Ocidente” em geral, colada a cuspo. Para Zelensky, era também fundamental “apresentar serviço” para evitar que a subida de tom das divergências no campo “occidental” causasse um estrangulamento do débito da “torneira” dos “apoios”.

A desmotivação das tropas no terreno e a aparente descoordenação dos serviços de informação militares russos completaram o quadro propício à realização de uma operação militar susceptível de resultados úteis ao imperialismo americano e à oligarquia ucraniana tanto militarmente como para alimentar a máquina de propaganda imprescindível para a mobilização interna na Ucrânia e para moldar a “opinião pública europeia”.

O exército russo, mal equipado, mal comandado, composto por jovens contratados sem outra hipótese de trabalho e salário, mas que nenhuma motivação tinham para ir ocupar um país soberano, mostra sinais de desgaste, enquanto, nas grandes fábricas de armamento, começa a fazer fãlca a lei que obriga os operários a uma jornada de trabalho de doze horas, inclusive nos feriados.

Em Moscovo, apareceram sinais de crise na cúpula. Rompendo com o ronronar da propaganda estatal nos meios de comunicação, o antigo deputado Nadejdin fez pontaria, no canal NTV, à “corte de Putin”: “Alguém disse a Putin que os ucranianos se iam render, fugir, juntar-se à Rússia (...). Essa gente mentiu.”

No dia 9 de Setembro, dois grupos de conselheiros municipais de Moscovo e de São Petersburgo vão ainda mais longe, exigindo a demissão de Putin, em quem, segundo um deles, recaía a responsabilidade pela “morte de homens russos válidos, pelo declínio económico nacional, pela fuga de cérebros e pela expansão da NATO”. Até o aliado de Putin e potentado checheno Ramzan Kadyrov ameaçou: “Se entre hoje e amanhã não se fizer uma mudança de estratégia, vou-me ver obrigado a falar com os dirigentes do ministério da defesa e do país e explicar-lhes qual é realmente a situação no terreno.”

O regime tergiversou durante semanas na proclamação da mobilização geral. A ordenando o recrutamento de kontraktniki (contratados) para render os soldados que voltavam da frente em fétretos de zinco.

Os acontecimentos no terreno acabam por determinar o anúncio por Putin, a 21 de Setembro, em comunicação televisiva, de uma série de medidas dirigidas à guerra na Ucrânia.

Decreta-se uma mobilização parcial, abrangendo 300 000 pessoas (os reservistas com experiência ou treino militar), cominam-se penas mais pesadas para crimes relacionados com o serviço militar, anuncia-se a realização de referendos nos territórios ocupados na Ucrânia sobre a respectiva anexação à Rússia e faz-se o aviso de que a Rússia utilizará “todos os meios à sua disposição” para defender a respectiva integridade

territorial – subentendendo-se incluídos nesta os territórios anexados, caso o resultado dos referendos seja o esperado por Moscovo.

Putin ordenou ainda aos dirigentes do complexo militar industrial que acelerassem a produção de equipamento e material de guerra para fazer face ao apoio maciço da NATO à Ucrânia em armamento, comando e controle e serviços de informação e espionagem.

O objectivo destas medidas será a consolidação da linha da frente, para permitir a continuação do avanço com vista ao controlo da totalidade do Donbass, permitindo reivindicar alcançados os objectivos da “operação especial”.

Efectivamente, para o bonaparte Putin, a guerra na Ucrânia tornou-se uma questão existencial: quaisquer sinais de derrota podem significar o seu afastamento do poder (e não só), quer seja em consequência de um levantamento popular ou de um golpe por sectores da cúpula.

Não assistimos, assim, necessariamente, a uma viragem na guerra (favorável ao imperialismo americano e ao exército ucraniano em que manda) mas a um aumento da parada.

As consequências da escalada de retórica militarista são imprevisíveis e têm potencial para desaguar numa confrontação global de proporções desastrosas para a humanidade.

Será possível deter esta espiral infernal?

É possível, mas depende de um só factor, que é o que todos os lados do conflito mais temem: a acção organizada e unida dos trabalhadores da Rússia, da Ucrânia e do mundo inteiro.

As classes trabalhadoras de todo o mundo não têm nenhum interesse na guerra.

O primeiro passo é romper, em todo o lado, com os governos fautores de guerra:

Nem Putin, nem Biden, nem NATO!

(adaptado de artigo de D. Ferré, número 356 de La Tribune des travailleurs)

Sinais que não se podem ignorar

A propaganda oficial dos países da NATO e da UE sobre a guerra na Ucrânia não admite concessões.

O regime ucraniano, ontem ainda secamente apresentado nos relatórios oficiais da União Europeia como um dos mais corruptos do mundo, passou por milagre a ser um regime de virtuosos paladinos da “democracia liberal” e do mundo livre contra a “autocracia”, em T-shirt de camuflado.

É notória a super-abundância de Milhazes e outros milhafres a revezarem-se para glorificar cruzados da democracia como Zelensky e Kolomoisky – e os bandos nazis em que eles se apoiam.

A realidade é algo mais crua. A oligarquia mafiosa ucraniana que saqueou e empobreceu o país, em tudo semelhante à que fez o mesmo na Rússia – saídas ambas da queda da URSS – envolveu-se durante anos em batalhas intestinas sobre o caminho a tomar. Em golpe de Estado agraciado com a preciosa ajuda de Washington e Bruxelas, saiu vencedor o sector mafioso que apostava na cobrança de comissões e luvas da UE e do imperialismo americano. Saiu derrotado o sector que hesitava em cortar as ligações estreitas com os oligarcas russos.

É, assim, interessante, no meio da propaganda obscurantista de que é feita a comunicação sobre a guerra, no “Ocidente”, e também em Portugal, o que escreve a revista britânica The Economist, um dos principais órgãos da alta finança de Wall Street e da City de Londres, na sua edição de 17 de Setembro, ao relatar a entrada triunfal de Zelensky na cidade reconquistada de Izium:

“No dia 14 de Setembro, enquanto Zelensky içava, em pessoa, a bandeira amarela e azul da Ucrânia, a multidão zangada concentrada na praça central, marcada pela artilharia, reflectia a divisão. Uma parte significativa da multidão considera Zelensky responsável pela guerra. Dizia um que ele devia ter feito concessões a Putin. Svetlana Stepanova, de 55 anos, vincava que a ela ninguém ia “obrigar” a dizer “Viva a Ucrânia!” O seu lamento: a Ucrânia por que antigamente tinha afeição já não existia.”

brasil

NO DIA 2 DE OUTUBRO, OS TRABALHADORES E A JUVENTUDE VOTARÃO LULA PARA CORRER COM BOLSONARO

A primeira volta (1º turno) das eleições presidenciais é já no dia 2 de Outubro. Prevê-se a vitória de Lula, candidato do Partido dos Trabalhadores (PT), contra o ultra-reaccionário Bolsonaro, O que se joga? Os militantes brasileiros do Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional (CORQI) expõem o seu ponto de vista numa declaração de que abaixo publicamos excertos.

Quatro anos de Bolsonaro

Em 4 anos de governo em nome de uma minoria capitalista, Bolsonaro, apoiado no Congresso Nacional e em decisões do Supremo Tribunal Federal (STF), ampliou a exploração e a opressão, desmontando a previdência social, aumentou a precarização do trabalho, atacou os serviços públicos e os servidores em nome do ajuste fiscal e do pagamento da dívida pública, privatizou sectores essenciais de energia elétrica e petróleo, transformou o Banco Central em uma instituição independente, enfim, aumentou a miséria, o desemprego e permitiu a volta da fome ao país.

As massas vão votar Lula

Isso sem falar que durante a fase mais crítica da pandemia do covid-19, a negligência de Bolsonaro no financiamento da saúde pública e na compra de vacinas vitimou de morte milhares de pessoas que poderiam ter sido salvas. Além disso, o desmatamento e a perseguição aos povos indígenas na Amazônia decorrem livremente e as incursões policiais violentas nas periferias das grandes cidades promovem matanças da juventude negra. Numa espécie de "2018, o ano que não acabou", as massas trabalhadoras brasileiras já decidiram votar em Lula para derrotar Bolsonaro e impedir a continuidade dessa política de barbárie, que ademais não é uma exclusividade brasileira, mas o reflexo no país de uma crise do capitalismo mundial (...).

Uma parte da classe dominante "largou" Bolsonaro

Agora, quando a maioria dos trabalhadores decidiu reconduzir Lula à presidência, visando barrar a continuidade desta política insuportável para a sua vida, sectores importantes da classe dominante, alguns deles com histórica vinculação ao PSDB (como Geraldo Alckmin2), que até ontem apoiavam Bolsonaro, fazem de aliados. Porquê? Porque essa minoria nacional sabe que não há como Bolsonaro ganhar eleitoralmente a Lula. Sabe também que não há como dar um golpe militar – como sonham certos bolsonaristas – sem os riscos de uma reacção imprevisível da classe trabalhadora e do povo (...)

O que pretendem os novos "aliados" do PT?

O que esses novos "aliados" buscam é reservar seu lugar em um futuro governo Lula para ter direito de veto sobre as políticas sociais (...) e sorrateiramente avançar no que ainda falta da chamada agenda do mercado. No debate na Federação da Indústria de São Paulo (FIESP), com a presença de Lula, os grandes empresários não se envergonharam em exigir pagar menos impostos, mais privatizações com dinheiro do BNDES, mais mudanças nas leis trabalhistas e uma reforma administrativa para avançar sobre os direitos dos servidores e desmontar ainda mais os serviços públicos. (...)

Só a mobilização dos trabalhadores poderá impor um governo dos trabalhadores

Por isso, só a mobilização dos trabalhadores e do povo, através das suas organizações sindicais e populares, comités de luta, podem criar as condições para um governo ao serviço das suas aspirações, um governo dos trabalhadores. E isso tem começar neste momento, nos comícios, na campanha, para resolver as eleições já no 1º turno. Nós, militantes do Comité de Organização pela Reconstituição da IV Internacional (CORQI), juntamo-nos incondicionalmente com os trabalhadores brasileiros pelo voto em Lula em outubro de 2022 para derrotar Bolsonaro. (...) Para nós, um governo dos trabalhadores, baseado nas lutas e aspirações históricas da classe trabalhadora e da juventude, deveria tomar as seguintes medidas, entre outras, em favor do povo:

- Parar de pagar a dívida pública que não foi feita pelo povo (...);
- Revogação das reformas trabalhistas de Temer e reforma previdenciária de Bolsonaro como passo inicial para recuperar todos os direitos perdidos pelos trabalhadores nos sucessivos governos anteriores! (...)
- Fim do tecto de gastos para os serviços públicos! Fim das Organizações Sociais e Parcerias-Público-Privadas (PPPs) (...)
- Estabilidade no emprego, nenhum despedimento! "Zeramento" [anulação] das perdas salariais do ano de 2022, reajuste mensal pela inflação! (...)
- Revogação imediata da privatização da Eletrobras! Reversão do que foi privatizado da Petrobras (...)
- Nenhum despejo de ocupações para habitação! Plano Nacional de construção de casas populares! (...)
- Reforma agrária já! Estatização imediata das terras e equipamentos do agronegócio cujos proprietários estejam envolvidos com desmatamento ilegal, incêndios criminosos, uso excessivo de agrotóxicos, crimes ambientais em geral e desrespeito aos povos originários! (...)
- Não à guerra imperialista, direito à autodeterminação dos povos,

irã

As mulheres levantam-se contra a opressão

A morte de uma mulher curda de 22 anos, Mahsa Amini, no dia 16 de Setembro, enquanto em detenção policial, levantou uma vaga de protestos que não dá sinais de ceder.

No dia 20 de Setembro, várias esquadras e carros da polícia foram incendiados em diferentes cidades. Nas redes sociais, pega fogo um movimento de mulheres que deitam fogo aos seus próprios hijabs ou lenços de cabeça.

Mahsa Amini era acusada de não usar o hijab como devia ser. Morreu de uma pancada fatal na cabeça. A polícia diz que morreu de "causa natural". Muitas outras mulheres exprimem abertamente a sua solidariedade.

A imprensa iraniana fala de manifestações em 15 cidades. A polícia terá usado gás lacrimogéneo para dispersar concentrações, algumas na casa do milhar de pessoas. A agência de notícias oficial acusa os manifestantes de apedrejarem a polícia e incendiarem carros da polícia. Há notícias de milicianos apunhalados ou baleados em Tabriz, no Nordeste.

A Amnistia Internacional dá nota de oito mortos, quatro deles por balas de borracha disparadas à queima roupa.

Ultimamente, o regime começou a incrementar a repressão às mulheres que não se submetessem às suas normas reaccionárias e opressivas, sobretudo aos códigos de vestuário.

As revoluções começam muitas vezes por revoltas de sectores particularmente oprimidos. A revolução de Fevereiro (Março segundo o calendário do resto da Europa) de 1917 na Rússia foi iniciada por manifestações de operárias no dia 8 de Março.

itália

Entrevista

do militante italiano

Lorenzo Varaldo, ativista

da Organização Socialista Internacionalista,

publicada no jornal La Tribune des Travailleurs,

do Partido Operário Independente Democrático (POID) da França.

"Vai ser preciso reconstruir um partido operário"

Como avalias o resultado das eleições legislativas de 25 de setembro?

A vitória eleitoral da direita e, em particular dos Fratelli d'Italia, partido com origem no partido fascista MSI, é um golpe para os trabalhadores. Não há dúvida que o próximo governo atingirá duramente os trabalhadores, os direitos das mulheres, os imigrantes, os desempregados, a escola pública, etc., como Meloni prometeu durante a sua campanha. A democracia e a unidade da República ficam em perigo com as propostas de estabelecer um regime presidencialista e a "autonomia regional diferenciada".

Passou o povo italiano para o lado do fascismo?

Se é verdade que saíram vitoriosos em termos de maioria parlamentar, a direita e Meloni não saíram vitoriosos no país. Um terço do eleitorado absteve-se: coisa inédita na história. Os Fratelli d'Italia obtiveram, assim, 25% de 64% do eleitorado, representando, portanto, apenas três eleitores em vinte! Fratelli d'Italia e os seus aliados de direita (Berlusconi, a Liga) representam apenas um em cada quatro eleitores. O país não "deslizou para a direita".

Foi então um revés para os trabalhadores, mas não uma derrota?

Efectivamente. A vitória da direita é sobretudo o resultado da política dos partidos oriundos do movimento operário, que, durante trinta anos, têm seguido uma política de destruição de direitos e conquistas, aplicando as Directivas da União Europeia e uma política de guerra. Se a direita venceu hoje, a responsabilidade recai principalmente no Partido Democrático e no Livres e Iguais, ambos avatares da decomposição do Partido Comunista. E, antes deles, nos dirigentes do Partido Comunista Italiano (PCI) e do Partido Socialista Italiano (PSI), que há trinta anos desfizeram os seus próprios partidos para apoiar directamente esta política contra os trabalhadores. A prova está feita, mais uma vez: quando a "esquerda" faz a política da direita, abre caminho às piores formas de reacção.

E agora?

É preciso dizer claramente que este governo será maioria no Parlamento, mas é minoria no país. Não tem legitimidade nenhuma para as golpadas que anuncia. Como se há-de bloqueá-lo? Mobilizando-se os sindicatos e organizações de trabalhadores de forma independente, não tentando "emendar" as contra-reformas, como constantemente têm feito nos últimos anos. Mais cedo ou mais tarde, os trabalhadores não terão outro remédio senão levantar-se contra o próximo governo no terreno da luta de classes directa. A questão da responsabilidade dos dirigentes ressurgirá nessa altura.

Na tua opinião, qual é a perspectiva política?

O resultado de domingo ilustra mais claramente do que nunca o problema da falta de representação política dos trabalhadores. Não reivindicamos ser os únicos a poder responder a este problema, mas é evidente que será necessário reconstruir um partido dos trabalhadores. O problema não se vai resolver do dia para a noite, mas é urgente equacioná-lo, pois só um partido desse tipo, sustentado na maioria, poderá abrir uma perspectiva para nos salvar do desastre a que este sistema capitalista, com os seus partidos, nos conduz. As colunas do jornal Tribuna Libera estão abertas a esse debate, antes como depois destas eleições.

reino unido

INGLATERRA

MARCHA PARA A GREVE GERAL CONTRA A INFLAÇÃO?

Não vamos falar aqui da morte da rainha de Inglaterra nem do secular passado colonial de saque, exploração, violência e racismo das classes dominantes britânicas (como das portuguesas) em tantas nações asiáticas, americanas e africanas.

O imperialismo britânico, cuja pedra de fecho tem historicamente sido a monarquia, está em declínio acentuado. A crise de 2007/08 abalou-o até às fundações. A classe dominante, encarnada na City de Londres, um dos maiores centros financeiros do mundo, não tem outro remédio senão passar a uma ofensiva desenfreada contra todos os sectores da classe trabalhadora com vista a aumentar a taxa de lucro e reduzir os salários. Ultimamente, como em toda a Europa, fá-lo pela via do aumento das taxas de juro e da inflação, que, na Grã-Bretanha, atingiu, em Julho, 10,1% – prevendo-se que atinja 13% em Outubro.

A retórica do governo conservador, do anterior de Johnson, como do novo de Truss, atira as culpas da inflação para a guerra na Ucrânia, onde o “Reino Unido” está metido até aos gorgomilos. É lá que são diariamente treinados milhares de soldados ucranianos. É de lá (mas também da França, Alemanha, EUA e, inclusive, de Portugal) que saem milhares de milhões em armamento para a Ucrânia, produzindo lucros imensos para a indústria armamentista.

Desde o mês de Agosto, os trabalhadores ingleses, massacrados pelos aumentos de preços e pela perspectiva de um Inverno incomportável, têm lançado sucessivas greves de massas. Cinco mil maquinistas entraram em greve, com o apoio dos sindicatos. A rede de transportes de Londres ficou praticamente paralisada. Também os estivadores do porto de Felixstowe, o maior porto de carga do país, fizeram uma greve de oito dias. 115 mil trabalhadores dos correios, assim como 40 mil trabalhadores da British Telecom, entraram em luta. Os funcionários públicos, a panificação, a hotelaria, e outros sectores preparavam-se para combater por aumentos de salários pelo menos iguais à inflação.

O espectro da greve geral assombrava a burguesia e o governo. A associação patronal britânica, a CBI, declarou, cautelarmente, que a “grande maioria (das empresas) não pode dar-se ao luxo de aumentar os salários o suficiente para acompanhar a inflação” – ao passo que, é claro, os trabalhadores podem perfeitamente dar-se ao luxo de ver o valor dos seus salários diminuir constantemente...



A morte da sra Elisabete Windsor veio dar ocasião para uma tentativa de contenção da marcha para a greve geral, com um coro de apelos chauvinistas à “união nacional” – e à suspensão das greves e conflitos, apesar de os ataques patronais e a inflação não pararem um segundo. O patronato pode e ameaça socorrer-se de uma lei laboral ultra-reaccionária que permite substituir grevistas por recrutados temporários. Lamentavelmente, muitas direcções sindicais, e a direcção do Labour Party, decidiram alinhar no coro patriótico-monarquista. Prontas a todos os sacrifícios (dos trabalhadores seus filiados, que desamparam) para proteger o patronato e a sua monarquia anacrónica e ofensiva.

As classes capitalistas dos grandes países imperialistas aproveitam-se da guerra para lançarem uma ofensiva de empobrecimento geral da população trabalhadora, que a presidente da Comissão Europeia apresentou nas suas linhas estratégicas no discurso de guerra que proferiu, este Setembro, ante o chamado Parlamento Europeu (“estado da União”).

A luta contra a carestia, pela escala móvel dos salários e pela greve geral para a impor é o fio condutor e traço de união da luta dos trabalhadores na Europa e no mundo para se lhe oporem.



"Ela não vai ser a única velha a morrer este Inverno"

(Kevin Bridges, comediante de Glasgow)

Na sequência da morte da rainha, vários dirigentes sindicais britânicos cancelaram greves já convocadas, “por respeito” para com a família real.

Estes dirigentes do movimento operário parecem ter-se esquecido que Elisabete Windsor, conhecida como Isabel II, era a cabeça de uma instituição responsável não só por atrocidades coloniais como pelo empobrecimento dos seus “queridos súbditos”.

Este alinhamento com o coro de apelos da classe dominante à “união nacional” é tanto mais escandaloso quanto nunca a divisão de classes na sociedade foi tão gritante.

A trégua que alguns dirigentes “de esquerda” oferecem ao capital é, no mais unilateral. Porque não-de os trabalhadores parar, “por respeito”, as suas greves e lutas, quando dos capitalistas não há qualquer intenção ou sinal de diminuir, “por respeito”, o ataque insustentável aos direitos e condições de vida da classe trabalhadora?

Patronato e banqueiros não dão tréguas nos ataques à remuneração e condições de trabalho da classe trabalhadora nem lhes interessa fazer o que quer que seja para debelar a carestia. São eles, afinal, os beneficiários directos dos chorudos super-lucros que ela traz.

Enquanto “a crise” aperta as classes trabalhadoras, o governo financia, de receitas fiscais, fastosas cerimónias fúnebres (custo estimado: entre 12 e 15 milhões de euros) e patrocina feriados cujo impacto no PIB inglês se estima em 0.2% – a conta será, claro está, apresentada para pagamento a quem trabalha.

Em vez de alinharem com os cânticos laudatórios do inimigo de classe, os dirigentes sindicais deviam, sim, denunciar o papel reaccionário da monarquia e a onda de detenções ocorridas esta semana em protestos anti-monárquicos.

O gás e a electricidade, pela invisível mão do mercado, vêem os seus preços multiplicarem-se. Milhares de famílias trabalhadoras vão-se debater com dificuldades incomportáveis para sobreviver ao inverno, ainda por cima com o sistema público de saúde em delapidação. O governo anuncia, no máximo, esmolas (António Costa aprende pela mesma cartilha).

A rainha não será certamente a única idosa a morrer este Inverno, como bem disse esta semana o comediante de Glasgow Kevin Bridges. Grande parte das outras morrerão, porém, das deficientes condições de vida.

BOLETIM O Trabalho

Publicado pelo grupo “A Internacional”

Página web: <http://ainternacional.pt>

Responsável: José Júlio Santana Henriques

e-mail: jose.santanah@gmail.com